



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Federal **Filipe Martins** - PL/TO

## COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

### PROJETO DE LEI Nº 1.345, DE 2023

Alteram-se as leis nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e nº 9.278, de 10 de maio de 1996 para dispor sobre o prazo prescricional da dissolução da união estável.

**Autora:** Deputada CAROLINE DE TONI

**Relator:** Deputado FILIPE MARTINS

## I - RELATÓRIO

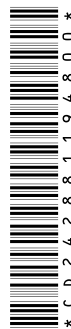
Busca a presente proposição alterar as leis nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e nº 9.278, de 10 de maio de 1996 para dispor sobre o prazo prescricional da dissolução da união estável.

Pelo seu novo texto para o § 2º do art. 206, do Código Civil, prescreverão em dois anos, não só a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem, como também o reconhecimento de dissolução de união estável para fins patrimoniais.

Altera, ainda, o art. 7º da lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996, dispondo que dissolvida a união estável por vontade de uma das partes, começa a fluir o prazo de 2 (dois) anos para pleitear reconhecimento da dissolução do vínculo, sob pena de prescrição.

Apresentação: 08/05/2024 12:54:37.547 - CPASF  
PRL 1 CPASF => PL 1345/2023

PRL n.1



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 517 | CEP 70160-900 - Brasília/DF | Tel (61) 3215-5517  
Tocantins: Whatsapp: (61) 99353-3325 - Whatsapp: (63) 98416-3060

Redes Sociais: @filipemartinsto - Site: [www.filipemartinsto.com.br](http://www.filipemartinsto.com.br) - E-mail: [contato@filipemartinsto.com.br](mailto:contato@filipemartinsto.com.br)  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Martins



O projeto está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

É o Relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

No mérito, é nossa opinião que a proposição merece prosperar.

O instituto da união estável está previsto no § 3º do art. 226 da Constituição Federal, sendo considerado como família para fins de proteção do Estado.

Todavia, a legislação que regulamenta o dispositivo constitucional, Lei nº 9.278, de 1996, possui uma lacuna jurídica, visto que não dispôs sobre o prazo prescricional da relação quando dissolvida, o que compromete a segurança jurídica acerca dos efeitos da união.

Isso porque, o art. 5º da lei nº 9.278, de 1996, determina que os bens adquiridos na constância do relacionamento são comuns. Como a lei que cria o instituto não estabelece um marco temporal para a divisão após a dissolução da união, deixa a situação a mercê da regra geral do art. 206 do Código Civil.

Tal situação pode gerar uma série de problemas para as partes, e ainda, para terceiros. Por exemplo, se um dos conviventes se casar ou estabelecer uma nova união estável, a chance de confusão patrimonial ou até mesmo a perda de bens é altíssima. Assim, tanto o que requer o cumprimento do direito, quanto o requerido, poderão não atingir o que seria justo em razão de mudanças circunstanciais.

Então, pelas razões expostas, urge fixar um prazo fixo, a fim de que haja segurança jurídica e que o direito de ambas as partes seja preservado.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal **Filipe Martins** - PL/TO**

Por oportuno, constatamos que o Art. 1º do Projeto de Lei carece de singelo ajuste, uma vez que a nobre autora não citou expressamente a lei que pretende alterar. Por isso, apresento emenda a fim de aperfeiçoar este meritório projeto.

Assim, apresento meu voto pela aprovação deste Projeto de Lei nº 1.345, de 2023, com emenda.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2024.

**FILIPPE MARTINS**  
**Relator**

Apresentação: 08/05/2024 12:54:37 - CPASF  
PRL 1 CPASF => PL 1345/2023

**PRL n.1**





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Federal **Filipe Martins** - PL/TO

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

**PROJETO DE LEI Nº 1.345, DE 2023**

Alteram-se as leis nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e nº 9.278, de 10 de maio de 1996 para dispor sobre o prazo prescricional da dissolução da união estável.

**EMENDA Nº**

Dê-se ao *caput* do Art. 1º do Projeto de Lei a seguinte redação:

"Art. 1º. O § 2º do art. 206, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos respectivos incisos I e II: "

Sala da Comissão, em            de            de 2024.

**FILIPPE MARTINS**  
**Relator**

Apresentação: 08/05/2024 12:54:37.547 - CPASF  
PRL 1 CPASF => PL 1345/2023

**PRL n.1**

